



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental**

Parecer nº 63/SEMAD/SUPRAM CENTRAL-DRRA/2022

PROCESSO Nº 1370.01.0024603/2022-48

Parecer Único de Licenciamento nº 6302/2021

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: **47325345**

Processo SLA: 6302/2021

SITUAÇÃO: Sugestão pelo indeferimento

EMPREENDEDOR: Jacinto
Junior Barbosa Saraiva

CNPJ: 13.914.141/0001-
61

EMPREENDIMENTO: Jacinto
Junior Barbosa Saraiva

CNPJ: 13.914.141/0001-
61

MUNICÍPIO: Mariana/MG e
Acaiaca/MG

ZONA: Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas

CÓDIGO:

**ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN
COPAM 217/17):**

CLASSE

**CRITÉRIO
LOCACIONAL**

A-02-10-0

- Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho

A-03-01-8

- Extração de areia e cascalho para utilização
imediata na construção civil

2

1

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

Luis Alberto Miranda Pacheco – Eng. Agrônomo

MG20210547025

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Marcos Vinícius Martins Ferreira

Gestor Ambiental – Supram CM	1.269.800-7
De acordo: Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim Diretora Regional de Regularização Ambiental – Supram CM	1.500.034-2



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 30/05/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Rodrigues Brito Ibrahim, Diretor(a)**, em 31/05/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47323843** e o código CRC **DOEA0BB5**.

Referência: Processo nº 1370.01.0024603/2022-48

SEI nº 47323843



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

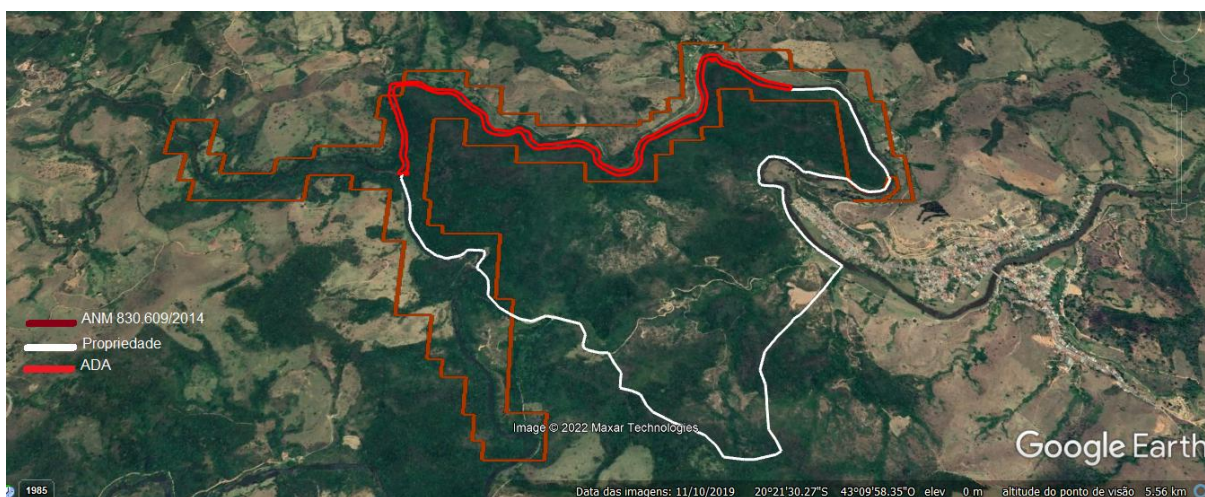
Em 14/12/2021, foi formalizado, via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo nº 6302/2021, do empreendimento Jacinto Junior Barbosa Saraiva, localizado nos municípios de Mariana/MG e Acaiaca/MG, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS), via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). As atividades que o empreendimento pretende realizar foram enquadradas pela Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como:

- “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” (código A-03-01-8), com produção bruta de 9.999 m³/ano; e
- “Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho”, com produção bruta de (código A-02-10-0) com produção bruta de 12.000 m³/ano.

O porte do empreendimento e seu potencial poluidor / degradador justificam a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência de critério locacional 1.

Foi informado no SLA que o empreendimento se encontra em fase de projeto e que em sua fase de operação contará com 05 funcionários, que trabalharão em turno único, 5 dias por semana. A atividade tem como objeto a extração de areia e ouro no leito de rio Carmo, na área cujo direito minerário foi cadastrado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) com o número 830.609/2014. Na imagem a seguir tem-se a delimitação da área do direito minerário citado, a área diretamente afetada (ADA) do empreendimento e a área da propriedade na qual o empreendimento realizará sua atividade, conforme declarado no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Imagem 01: Área do empreendimento.



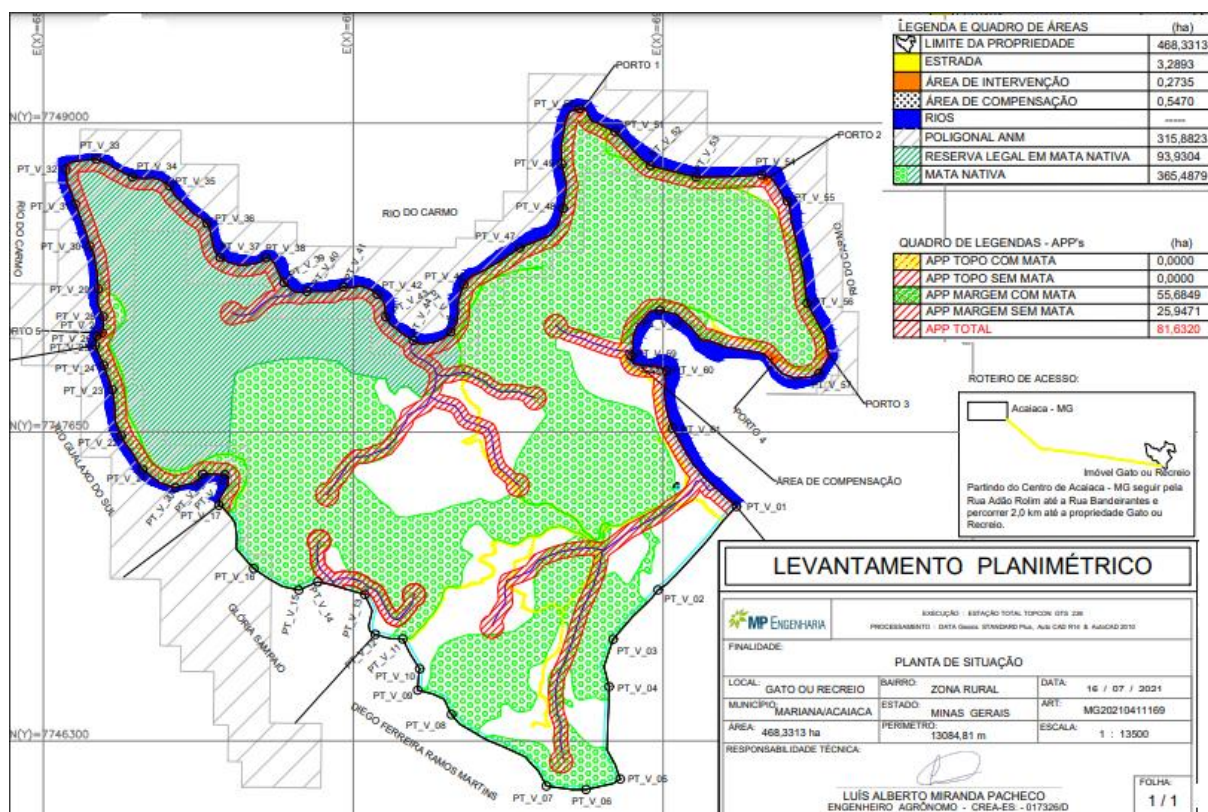
Fonte: Google Earth (acesso em 17/05/2022), SLA, CAR e ANM.

No que se refere ao produtivo do empreendimento, a extração de areia será realizada em leito de rio, por meio de draga de sucção localizada em uma plataforma flutuante.



O material dragado passará por uma série de carpetes fracionados. Apenas o ouro ficará retido nestes carpetes. Os demais materiais (areia) bem como a água, serão transportados para os pátios de recepção. A água retornará ao rio após passar por um sistema de decantação. Esse sistema reterá o excesso de material fino impedindo seu retorno ao leito do rio. Depois de depositados nas paliçadas, a areia será transportada com auxílio de pás carregadeiras e caminhões que farão o transporte até o consumidor final. Já o ouro será acondicionado em frascos de vidro e entregue aos consumidores finais. A atividade será realizada em 5 portos, conforme “planta planimétrica” apresentada nos autos do processo e disposta a seguir.

Figura 01: Planta Planialtimétrica.

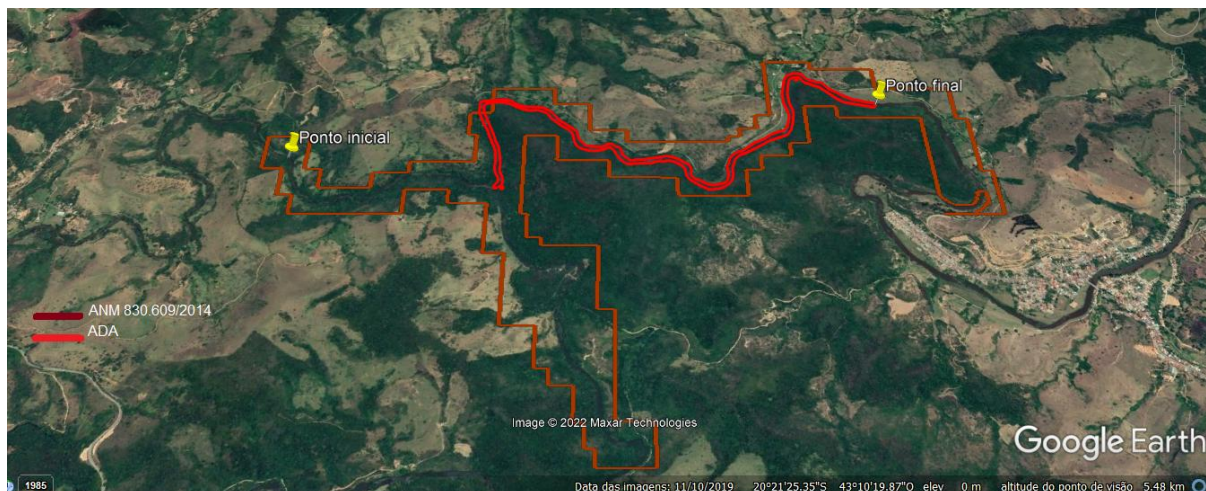


Fonte: Apresentada nos autos do processo no SLA.

Para a realização da atividade de dragagem foi apresentada a Portaria nº 1304802/2019 que tem como modo de uso a "dragagem de curso de água para fins de extração mineral" emitida em 04/06/2019 (válida por 10 anos). Esta portaria certifica a realização da atividade em questão no leito do rio do Carmo, no trecho compreendido pelas coordenadas geográficas de início lat. 20°21'13.56"S e long. 43°11'33.86"O e de final lat. 20°20'57.72"S e long. 43° 9'13.78"O, conforme imagem abaixo.



Imagem 02: Pontos inicial e final da portaria de dragagem.



Fonte: Google Earth (acesso em 17/05/2022), SLA, ANM e Portaria de outorga n° 1304802/2019.

Ainda no que se refere à realização da atividade de extração de areia em leito de rio, foi apresentada a Autorização para Intervenção Ambiental (AIA) de n° 2100.01.0043950/2021-60 (emitida em 30/08/2021), que autoriza a intervenção, sem supressão de cobertura vegetal nativa, em áreas de preservação permanente (APP), em uma área de 0,2735 hectares.

Considerando a dificuldade de se identificar a localização das áreas onde foi autorizada a intervenção ambiental de 0,2735 hectares na “planta planimétrica” (figura 01 acima), por meio de pedido de informações complementares (IC) foi solicitado ao empreendedor (solicitação n° 1 (a)) a apresentação de “planta ou croqui ou mapa em imagem de satélite contendo a (s) área (s) de 0,2735 hectares onde foi autorizada a intervenção ambiental” e ainda (b) a apresentação de arquivo digital (kml ou shape file zipado) desta (s) área (s) de 0,2735 hectares. Em resposta, **foi apresentada a mesma planta já apresentada anteriormente**, todavia, foram apresentados os polígonos digitais das áreas, onde, segundo o empreendedor, foi autorizada a intervenção ambiental. Os polígonos em questão foram inseridos na imagem a seguir.



Imagem 03: Áreas onde foi autorizada a intervenção ambiental conforme informado pelo empreendedor em resposta ao pedido de IC nº 1.



Fonte: Google Earth (acesso em 24/05/22), SLA e informações apresentadas após pedido de IC.

Diante da imagem acima deve-se destacar que das cinco áreas onde foi autorizada a intervenção ambiental (segundo informado), três (nº 2, nº 3 e nº 4) estão fora dos limites autorizados pela Portaria de outorga nº 1304802/2019 e, conseqüentemente, fora da ADA informada no SLA. Ademais, no **pedido de IC de nº 3**, foi solicitado ao empreendedor a apresentação de arquivos digitais contendo todos os portos, todos os pátios de areia, todos os acessos do empreendimento e toda a estrutura de drenagem do empreendimento (canaletas, bacias de decantação, etc), além da planta em arquivo PDF contendo todos estes elementos. Em resposta, conforme figura a seguir, o empreendedor informou que:

Figura 02: Resposta do empreendedor acerca dos portos de areia.

Mariana, 24 de maio de 2022

Solicitação SLA nº 2021.11.01.003.0004354

Processo nº 6302/2021

O empreendimento **Jacinto Junior Barbosa Saraiva - ME**, inscrito no CNPJ nº **13.914.141/0001-61**, com sede na Rua Tiradentes, nº 39, Centro, Porto Firme - MG, legalmente representada pelo empresário Jacinto Júnior Barbosa Saraiva, CPF: 069.595.756-21, e Sr **Luís Alberto Miranda Pacheco** na qualidade de responsável técnico, Brasileiro(a), natural de Raul Soares, Engenheiro Agrônomo, inscrito no CPF sob o nº **047.554.376-95**, portador da cédula de identidade RG **MG-7.745.174 SSP/MG**, inscrito no CREA sob o nº **ES - 17326**, residente domiciliado(a) em Rua Floriano Peixoto, 231, Bairro Centro, Viçosa - MG, CEP: 36.570-043, vem por meio deste responder a informação complementar referente aos portos.

A licença solicitada compreende dois portos, em anexo segue as plantas dos mesmos, com as referidas descrições de todas as partes destes.

Atenciosamente,

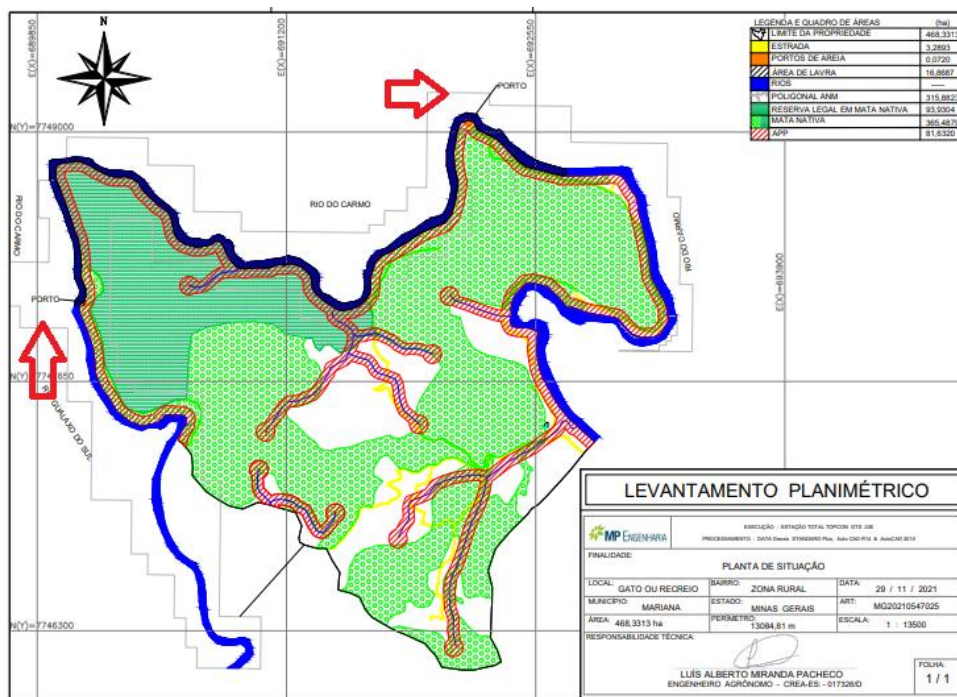
Jacinto Junior Barbosa Saraiva - ME
CNPJ nº 13.914.141/0001-61

Fonte: Apresentadas após pedido de IC.



A seguir, tem-se a “planta planimétrica” apresentada na resposta contendo apenas dois portos, conforme indicado pelas setas vermelhas. Assim, considerando que na resposta à solicitação de IC nº1 foi informado (“planta planimétrica” e polígonos digitais) que o empreendimento contará com cinco portos (conforme AIA) e considerando que na resposta ao pedido de IC nº 3 foi informado que serão apenas dois portos, não foi possível identificar em quantos pontos o empreendedor pretende realizar suas atividades.

Figura 03: Portos de areia do empreendimento conforme informado em resposta a pedido de IC nº 3.

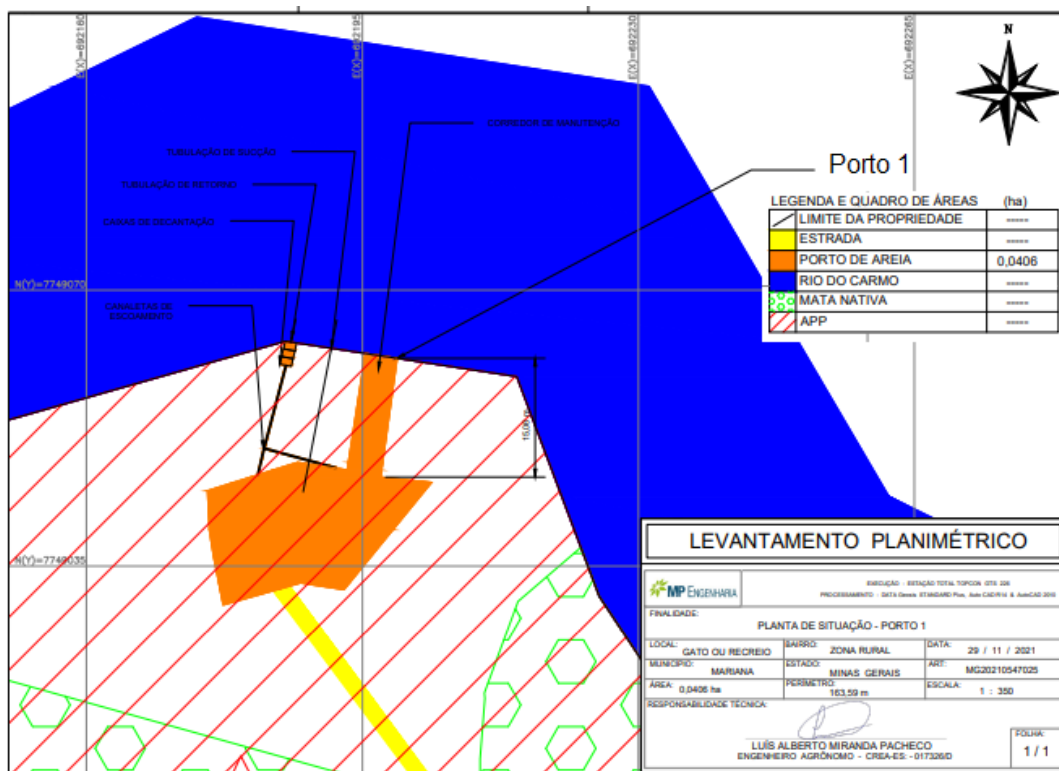


Fonte: Apresentadas após pedido de IC.

Ademais, conforme figuras a seguir, também apresentadas no âmbito da solicitação de IC nº 3, as áreas de porto de areia 1 e 5 se encontram, respectivamente, em APP e, fora da APP, mas em área com presença de vegetação nativa.

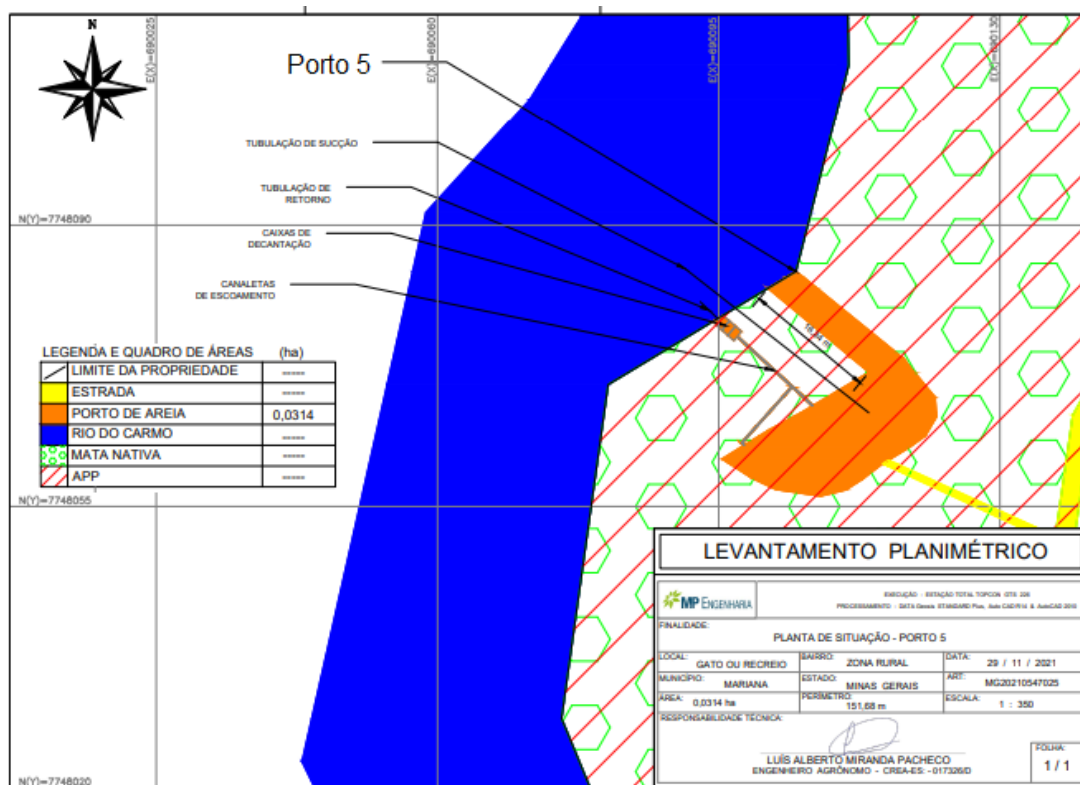


Figura 04: Porto de areia n° 1 conforme informado em resposta a pedido de IC n° 3.



Fonte: Apresentadas após pedido de IC.

Figura 05: Porto de areia n° 5 conforme informado em resposta a pedido de IC n° 3.

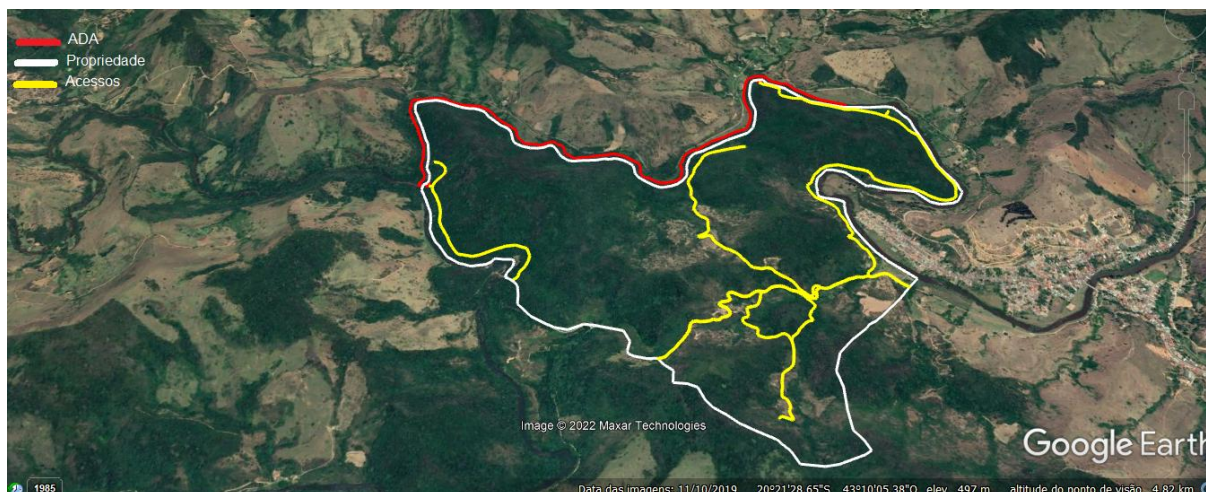


Fonte: Apresentadas após pedido de IC.



Conforme a imagem de satélite nº 3, acima, a mesma situação envolve a localização dos demais portos de areia (nº 2, 3 e 4). Além das áreas dos portos de areia, por meio do polígono digital dos acessos que farão parte do empreendimento, enviado após pedido de IC, constata-se que estes acessos também serão implantados em área com presença de vegetação nativa, conforme imagens abaixo.

Imagem 04: Área do empreendimento incluindo os acessos a serem utilizados.



Fonte: Google Earth (acesso em 25/05/2022), SLA e CAR.

Imagem 05: Área do empreendimento sem os acessos a serem utilizados.



Fonte: Google Earth (acesso em 25/05/2022), SLA e CAR.

Não foi constatada regularização ambiental para a intervenção ambiental nas áreas em que serão instalados os acessos bem como os portos de areia. Ressalta-se que a DN Copam 217/2017, em seu artigo 15, dispõe que:

Art. 15 – Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.

Parágrafo único – O processo de LAS somente poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções



ambientais ou em recursos hídricos, quando cabíveis, que só produzirão efeitos de posse do LAS. (grifo nosso)

Ressalta-se que na AIA de nº 2100.01.0043950/2021-60 (pag 4) foi informado que “o desenvolvimento da atividade necessariamente obriga à eliminação da cobertura vegetal que é composta por vegetações gramíneas rasteiras e indivíduos herbáceos, principalmente por mamonas, pastagem e outras espécies invasoras. No porto 5 existem diversos indivíduos arbóreos próximo ao local da intervenção, mas não será necessário a supressão destes para a instalação do porto.” Todavia, exceto no que se refere à área do porto 5, não foi informado no documento em questão quais serão as áreas a serem utilizadas no desenvolvimento da atividade. Conforme mencionado neste parecer, não foi possível identificar quais serão estas áreas, já que o empreendedor informa 5 áreas em determinado momento e 2 áreas em outro momento.

Como principais aspectos ambientais inerentes à atividade e que poderão implicar em impactos ambientais e informados no RAS, tem-se os processos erosivos, emissões atmosféricas e de ruídos.

No que tange aos processos erosivos, foi informado que será instalada rede de drenagem em toda a ADA a fim de drenar o escoamento pluvial para uma bacia de decantação, na qual os sedimentos serão retidos antes do retorno do efluente pluvial à rede de drenagem natural. A fim de se evitar a erosão das margens será instalado cano de um tubo de PVC na saída do sistema de retorno da água para o interior do rio a uma distância mínima de aproximadamente 3 metros da margem. Foi informado que o sistema de drenagem passará por manutenção periódica a fim de se evitar a geração de processos erosivos. Também foi informado que os taludes nas margens do rio do Carmo, a jusante do empreendimento, serão mantidos protegidos evitando intervenção nas áreas vegetadas e que onde houver áreas expostas será realizado plantio de espécies herbáceas e arbustivas para evitar riscos de ruptura. Ainda no que se refere à mitigação dos processos erosivos, foi informado que as vias de acesso também passarão por manutenção, sobretudo no período chuvoso com a colocação de cascalho.

Quanto às emissões atmosféricas, foi informado que a geração de particulados será mitigada por meio de aspersão de água nas vias do empreendimento. A geração de gases de combustão oriunda da utilização de veículos e máquinas será mitigada por meio de manutenção periódica dos motores.

No que diz respeito aos ruídos gerados pela movimentação de veículos e máquinas, o empreendedor informou que sua mitigação será realizada por meio de manutenção preventiva dos motores.

Quanto ao critério locacional, incide sobre a área do empreendimento a “Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas”. A área do empreendimento se encontra na zona de amortecimento da reserva da biosfera da Serra do Espinhaço. Assim, foi apresentado relatório referente a este critério locacional, elaborado pelo engenheiro agrônomo Luis Alberto Miranda Pacheco, sob a anotação de responsabilidade técnica (ART) MG20210547025. Neste relatório, não foram apontados possíveis impactos ambientais além daqueles já inseridos no RAS e mencionados neste parecer.



Foi informado em anexo do RAS que não haverá consumo de água, geração de resíduos sólidos bem como geração de efluentes no empreendimento tendo em vista que o mesmo não contará com áreas de apoio como escritórios, sanitários, refeitórios, mas apenas com as áreas de recepção de areia, os portos e acessos. Desta forma, os trabalhadores utilizarão suas próprias casas para realizarem suas refeições e demais necessidades.

Dessa forma, em conclusão, com fundamento nas informações constantes do RAS e em seus anexos bem como nas respostas apresentadas em função de pedido de IC, considerando que não foi constatada autorização para intervenção ambiental nas áreas mencionadas neste parecer e considerando o artigo 15 da DN Copam 217/2017, sugere-se o indeferimento do pedido de Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "Jacinto Junior Barbosa Saraiva" para a realização da atividade "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" (código A-03-01-8) e "Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho", com produção bruta de (código A-02-10-0) nos municípios de Mariana/MG e Acaiaca/MG.